

Entrevista

História do livro e diálogo com a comunicação

Sandra Reimão

Entrevista concedida a Felipe QUINTINO¹

Com pesquisas na área da história do livro, a professora da Universidade de São Paulo (USP) Sandra Reimão tem uma trajetória marcada por estudos que envolvem a cultura impressa. Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e com estágios pós-doutorais na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), a pesquisadora consolida, no meio acadêmico, o estudo do livro e sua relação com a comunicação social.

Ligada às concepções do historiador francês Roger Chartier, a professora estudou, entre outros temas, o mercado editorial brasileiro, as telenovelas adaptadas de romances e a censura a livros durante a ditadura militar. Nesta entrevista, Sandra Reimão afirma que a intenção do estudo pela história da cultura impressa não configura um caráter saudosista, mas para que, no futuro, não seja tão marcada por exclusões como foi até hoje. Em 1994, ela fundou, junto com os professores Luis Guilherme Pontes Tavares e Aníbal Bragança, o grupo de pesquisa Produção Editorial da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Atualmente, coordena os grupos de pesquisa “Livros e outras mídias” e “Censura a livros e ditadura”, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

Quais são as potencialidades do estudo do livro no campo da comunicação?

SR - Em todos escritos e estudos que realizei e que estou realizando sobre o tema da produção, edição e circulação de livros há um pressuposto teórico-conceitual fundamental: o livro é um instrumento de comunicação social e para uma compreensão ampla da multiplicidade papéis, sentidos e funções que o livro pode desempenhar histórica e socialmente é necessário abordá-lo em correlação com os demais instrumentos de comunicação

¹ Jornalista e doutorando em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), e-mail: felipe.quintino@yahoo.com.br

social. Assim é preciso observar que condicionando o ato e a disponibilidade para leitura de livros, atuam, com grande força, a representação do livro nos demais meios de comunicação social: jornais, revistas, cartazes, rádio, cinema, televisão, computadores. Destacadamente neste início do século 21 notemos que a rede mundial de computadores e as tecnologias digitais estão propiciando uma imensa variedade de serviços comunicacionais e que está em curso um processo de reorganização de uma nova ecologia de relacionamento entre os meios.

As suas pesquisas têm forte ligação com as concepções do historiador Roger Chartier. De que maneira as ideias deste autor ajudam a entender o cenário da cultura impressa?

SR - Meus trabalhos de pesquisa inserem-se na chamada “história social e cultural da comunicação impressa” ou “nova história do livro”, recorte temático e postura que busca analisar os livros através de vários enfoques, desde a economia até a semântica. A variedade de enfoques é necessária para analisar a produção e difusão do livro, objeto que é, ao mesmo tempo, uma “mercadoria produzida para o comércio e para o lucro”; e “signo cultural, suporte de um sentido transmitido pela imagem e pelo texto” (palavras de Roger Chartier em “O livro, uma mudança de perspectiva”, capítulo no livro *História. Novos objetos*, organizado por Jacques Le Goff e Pierre Nora, publicado no Brasil pela editora Francisco Alves em várias edições).

O livro no Brasil, do pesquisador inglês Laurence Hallewell, tem sido considerado referência nos estudos sobre a história social dos livros. Qual a contribuição desse trabalho para a pesquisa acadêmica?

SR - Pela abrangência cronológica e pela amplidão dos dados coletados e sistematizados o livro *O livro no Brasil* de Laurence Hallewell, publicado pela Edusp, é uma referência central nos estudos sobre história dos livros no Brasil. No entanto não podemos esquecer outros estudos relevantes sobre história do livro no Brasil, anteriores ao livro de Hallewell. Entre eles, *Literatura e Sociedade* de Antonio Candido, publicado pela primeira vez em 1965, em que o autor aborda a literatura ficcional brasileira e o tema de sua difusão e recepção.

No seu livro Mercado Editorial Brasileiro, os caminhos da preferência dos leitores no período de 1960 a 1990 foram interpretados levando em consideração o contexto social, político e

cultural do país. A história editorial do Brasil, a venda de livros e o impacto das obras representam indícios do ritmo da produção cultural e da trajetória dos leitores? Como esse processo acontece?

SR - Há quase duas décadas, em 1996, publicamos, pela Com-Arte, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, o livro *Mercado Editorial Brasileiro* (ver: <http://www.livroseoutrasmídias.org/item/biblioteca/digital>). A ideia era interpretar os caminhos das preferências dos leitores no período de 1960 a 1980 no contexto social, político e cultural do país. Partindo da suposição que um ato de compra de um livro indica uma vontade cultural da parte do potencial leitor, e da suposição correlata que os títulos mais difundidos em uma sociedade em uma determinada época podem indicar dominantes culturais, examinamos, no livro *Mercado Editorial Brasileiro*, os livros de ficção de autores nacionais mais vendidos no Brasil nas décadas 1960, 1970 e 1980. Os dados sobre os livros mais vendidos de cada ano foram utilizados como “sinalizadores” das temáticas e preocupações dominantes no setor da população que compra livros. Em que pese a multiplicidade de fatores atuante no ato de compra de um livro, a observação dos títulos quantitativamente mais difundidos em uma sociedade se apresenta como um dado que pode informar sobre as dominantes culturais ali presentes. Os estudos publicados no livro *Mercado Editorial Brasileiro* apontavam, na década de 1970, o crescimento quantitativo do setor de produção de livros que propiciou também uma fragmentação do mercado - na lista de mais vendidos do período convivem produções culturais bastantes díspares: textos atrelados ao *star system* televisivo, romances políticos, literatura nacional inventiva, literatura de massa norte americana e textos atrelados ao que se costuma chamar de realismo fantástico latino americano. Quanto à década de 1980, os estudos que efetivamos evidenciaram o vínculo entre conjuntura social, certo humor político, e a maior ou menor presença de autores brasileiros entre os títulos mais vendidos. O otimismo, a vontade de participação e de compreensão do país no momento de abertura política ficam evidentes em títulos como *O que é isso companheiro?*, de Fernando Gabeira, *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro e *Olga*, de Fernando Morais.

Outra frente dos seus estudos foi a ligação da literatura com o meio audiovisual, em especial as telenovelas adaptadas de romances de autores brasileiros. Em geral, quais foram as pos-

sibilidades narrativas e limitações dessa interação de linguagens?

SR - Na elaboração da história da cultura impressa no Brasil depois de 1960, é preciso considerar especialmente a TV pode atuar como um paratexto modelador e condutor ao ato de leitura em geral e à leitura de uma narrativa específica. Ou seja, com o processo de consolidação da televisão como um elemento importante da indústria cultural brasileira, os reflexos deste novo veículo se fazem sentir em todos os demais segmentos da produção cultural. No que tange a vendas no mercado editorial de livros, a televisão parece agir em dois sentidos que podem impulsionar a comercialização: 1) por tornar mais presente no público a figura dos autores e 2) pela adaptação de narrativas/obras. Neste tópico destaquemos dois capítulos do livro *Livros e televisão: correlações* (publicado pela editora Ateliê em 2004). No capítulo “Telenovelas adaptadas de romances brasileiros e seus materiais publicitários”, abordo anúncios publicados em jornais quando da estreia de telenovelas brasileiras que tiveram por base romances nacionais. O texto procura mostrar como a origem literária destas telenovelas foi enfocada em seus anúncios publicitários. No capítulo “Quando o livro se torna telenovela” abordo outra face da adaptação literária – ou seja, enfoca telenovelas nacionais, escritas para TV e que foram “romanceadas” (ou adaptadas de alguma forma) e publicadas em livros; o estudo traça o perfil gráfico e editorial deste material e discute seus significados culturais. Retomando uma afirmação que já fizemos no livro *Livros e televisão: correlações*, a nosso ver, as especificidades dos meios impressos em relação aos eletrônicos não conduzem à afirmação de uma intransmissibilidade entre eles, mas, sim, apontam para os cuidados necessários nas travessias.

Recentemente, as suas pesquisas analisaram a censura a livros no Brasil durante a ditadura militar, tendo como base os documentos que estão sob a guarda do Arquivo Nacional, em Brasília. A prática da censura a livros nesse período teve características próprias na comparação de proibição realizada a outras produções culturais?

SR - Não se pode estudar a história do livro no Brasil depois de 1960 sem levar em conta a censura – é necessário entender seus mecanismos e também refletir sobre a repercussão desta censura no universo da produção da cultura brasileira. No livro *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*, publicado pela Edusp em 2011, abordei a censura à cultura e às artes e, especificamente,

a livros durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Destacamos a censura explícita e direta do Estado executada pelo Ministério da Justiça destacadamente através do Departamento de Censura e Diversões Públicas, DCDP, órgão encarregado da censura às diversões públicas. A partir de bibliografia, da análise de documentos do Departamento de Censura e Diversões Públicas e de entrevistas com autores e editores censurados, realizei levantamento sistemático das obras censuradas e tracei um panorama histórico da atuação censória do governo militar em relação à arte e cultura – e aos livros, em particular. Depois desse quadro geral analisei especificamente alguns casos. Em minha pesquisa me concentrei na censura a obras de autores brasileiros. A pesquisa localizou quatro grupos de livros de autores brasileiros que foram censurados: 1) obras de ficção: romances, contos e poesia, 2) livros de não ficção, 18 títulos; 3) peças teatrais vetadas para publicação em livro – 11 casos e 4) cerca de 100 livros eróticos. Entre as obras de ficção vetadas, destacam-se: *Feliz ano novo*, de Rubem Fonseca, *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, *Dez histórias imorais*, de Aguiinaldo Silva, *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós. Um ponto importante destacado na pesquisa é que a censura, durante a ditadura militar, teve atuações diferenciadas, não só nos diferentes períodos como também em relação aos diversos meios de comunicação, ou seja, havia uma hierarquização da censura, que resultava em atuações diversas em virtude do potencial impacto do veículo utilizado. Quanto mais público uma determinada produção cultural pudesse ter, mais ela seria ‘alvo’ de censura. Houve uma censura mais forte sobre a TV e a imprensa e um pouco mais leve em relação aos livros, cujo público em geral é menor que o daqueles veículos.

Foi um paradoxo o movimento do governo militar de censurar as obras e, ao mesmo tempo, ter feito investimentos no mercado editorial?

SR - É importante observar que na década de 1970 no Brasil o crescimento da produção das indústrias de bens culturais foi concomitante à repressão censória. Nesse sentido, pode-se dizer que ocorreu, durante a ditadura militar brasileira, no setor de produção de livros um quadro geral de modernização conservadora; fenômeno análogo ao observado por Rodrigo Patto Sá Motta nas universidades brasileiras no livro *As universidades e o regime militar*, publicado pela editora Zahar em 2014. Nas palavras de Sá Motta (página 15): “o propósito modernizador se concentrava na perspectiva econômica e administrativa com vistas ao crescimento, à aceleração da

industrialização (...). Já o projeto autoritário-conservador se pautava em manter os segmentos subalternos excluídos, especialmente como atores políticos, bem como em combater as ideias e os agentes de esquerda – por vezes, qualquer tipo de vanguarda – nos campos da política e da cultura (...)”.

O tema da censura retorna com frequência, mesmo no período democrático, como foi no caso da polêmica da autorização prévia para a publicação de biografias no Brasil. A censura está no centro dessa questão?

SR - Os 21 anos de ditadura militar deixaram muitas sequelas na sociedade brasileira – uma delas é o não enraizamento dos valores democráticos como sendo essenciais, como sendo valores inegociáveis. É preciso estar atento e vigilante para perceber e coibir atitudes cerceadoras da liberdade de expressão e de opinião como essa que defende a necessidade de autorização do biografado ou de seus familiares para publicação de biografias.

De maneira geral, a articulação dos agentes culturais e os estudos sobre a cultura impressa podem ajudar a diminuir as exclusões ainda presentes no mundo da leitura?

SR - Nunca é demais lembrar que, para nós, assim como para muitos outros estudiosos e pesquisadores, o estudo da história do livro no Brasil não é saudosista. Ao contrário, estuda-se a história da cultura impressa para que, no futuro, ela não seja tão marcada por exclusões como foi até agora – exclusões devidas ao analfabetismo, a entaves econômicos à produção e circulação de livros, ou ainda à censura política e cultural.